



# Memórias partilhadas: os relatos dos viajantes oitocentistas e a idéia de “civilização do cacau”

*Shared memories:  
eighteenth-century  
travellers and the  
concept of a “cocoa  
civilization”*

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Professora da Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro  
Rua São Francisco Xavier, 524/9º andar  
20550-013 Rio de Janeiro — RJ Brasil  
luciamp@uol.com.br

GUIMARÃES, L. M. P.: ‘Memórias partilhadas: os relatos dos viajantes oitocentistas e a idéia de “civilização do cacau”’.

*História, Ciências, Saúde — Manguinbos*, vol. VIII (suplemento), 1059-70, 2001.

Este artigo examina os elementos constitutivos da chamada “civilização regional do cacau”, utilizando como fontes os relatos de quatro naturalistas europeus, de origem germânica, que percorreram a região do sul da Bahia nos três primeiros quartéis do século XIX. Partindo do conceito de “memórias partilhadas”, demonstro que a contribuição daqueles discípulos de Humboldt ultrapassou os limites da ciência. Suas lembranças de viagem, devidamente filtradas pelas elites locais, foram articuladas com um outro conjunto de recordações, relativas a um passado recente em que o cacau se transformara no produto-rei da região. Trata-se de um processo que reflete a busca de identidade de uma população que se desenvolveu num determinado espaço geográfico, ganhou expressão nacional e procurou se distinguir do modelo característico da formação da sociedade rural brasileira, no que diz respeito a valores, idéias, convenções sociais e práticas políticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** viajantes e naturalistas, natureza e exotismo, identidade regional, Ilhéus, memórias partilhadas.

GUIMARÃES, L. M. P.: ‘Shared memories: eighteenth-century travellers and the concept of a “cocoa civilization”’.

*História, Ciências, Saúde — Manguinbos*, vol. VIII (supplement), 1059-70, 2001.

*This article analyses the constitutive elements of the so-called “cocoa regional civilization” through the reports written by four German naturalists who travelled about the south of Bahia during the first three-fourths of the nineteenth century. Having the concept of “shared memories” as a starting point, the author demonstrates that the contribution given by these four Humboldt’s disciples goes beyond the limits of science. The memories they had of their travelling were properly filtered by the local elite and mixed with another group of memories related to a recent past in which cocoa had been the chief product in the region. The process shows the search for identity by a population that developed within a certain geographic area, gained national relevance and searched to differentiate itself from the characteristic model Brazilian rural communities adopted in regard to values, ideas, social conventions and political practice.*

**KEYWORDS:** travellers and naturalists, nature and exoticism, regional identity, Ilhéus, shared memories.

Este trabalho é tributário de um estudo mais amplo, realizado em parceria com a socióloga Amélia Rosa Leite Sá Barretto entre 1996 e 1998, onde procuramos identificar e discutir os elementos constitutivos da memória construída em torno da chamada “civilização do cacau” (Adonias Filho, 1978). Nossas preocupações direcionavam-se, pois, para o conjunto de recordações compartilhado por um determinado grupo de indivíduos que experimentou uma vivência comum: a do ciclo da lavoura cacauzeira na região ao sul da Bahia. Assim, acreditamos ser oportuno fazer um breve relato do encaminhamento da pesquisa empreendida.

Afora o seu lado exótico e mais conhecido, onde avultam as referências às belezas naturais daquela região, desde a exuberante paisagem tropical até as mulatas sensuais cor de canela, a memória do mundo do cacau se apresenta dispersa e fragmentada. Iniciamos a sua sistematização baseando-nos em algumas hipóteses de trabalho, formuladas a partir de leituras preliminares. Assim, num primeiro momento, partimos do pressuposto de que essa memória fora construída num passado recente, a partir da obra de ficcionistas, a exemplo de Jorge Amado e Adonias Filho. Nesse sentido, seus elementos constitutivos teriam sido deslocados das páginas literárias para se incorporar ao discurso das elites e lideranças políticas locais. Trata-se de um processo que reflete a busca de identidade de uma população que se desenvolveu num determinado espaço geográfico, ganhou expressão nacional e procurou se distinguir do modelo característico da formação da sociedade rural brasileira, no que diz respeito a valores, idéias, convenções sociais e práticas políticas.

Mas a memória está aberta à dialética do esquecimento e da recordação. Assim, começamos a observar que, ao construir o seu “repertório de lembranças” (Nora, 1984, p. xxvi), a pretendida “civilização regional” privilegiou a imagem da sua face exótica, em detrimento do cotidiano. Encobriu-se, assim, um “quadro de referência histórica” (Hobsbawm, 1995, pp. 103-12), marcado pelos altos e baixos de uma população que estabeleceu intrincada teia de relações sociais, econômicas e políticas em torno de um “produto-rei”. Fez-se com que não fosse vista uma sociedade que alternou fases de opulência com períodos de estagnação, que atravessou sucessivas crises: ora por conta da queda dos preços nas praças internacionais, ora em virtude da concorrência dos produtores africanos, ora, ainda, por causa das pragas que dizimavam a lavoura.

Ao recuarmos no tempo, percebemos que as raízes daquela memória, diferentemente do que supúnhamos, localizavam-se num passado remoto, num tempo em que a árvore dos frutos dourados ainda não se havia transformado no principal sustentáculo econômico do sul da Bahia. Decidimos, então, explorar uma outra possibilidade de pesquisa, revendo as fontes que se reportam à introdução da cultura do cacau naquelas paragens.

O documento mais antigo que aborda a presença do cacau na região data do século XVIII. Trata-se da monografia *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus da América*, da autoria de Manoel Ferreira da Câmara, trabalho que recebeu um prêmio na Academia Real de Ciências de Lisboa, na sessão de 13 de maio de 1789.

O *Ensaio* revela que a cacauicultura fora introduzida na comarca por iniciativa da Coroa portuguesa. Ao que tudo indica, a rainha d. Maria I, tal qual Montezuma, associou o fruto do cacau ao ouro. Aos olhos da Coroa, o empreendimento significava lucro certo. Tanto assim que, por meio de carta régia, datada de 1780, Sua Majestade ofertou graciosamente sementes secas de cacau aos moradores da vila de Ilhéus, garantindo-lhes um preço mínimo pela arroba do produto a ser colhido, conforme já se procedia na comercialização do açúcar e do fumo. Nomeara, também, um ministro intendente para acompanhar de perto o desenvolvimento da produção. A par disso, a conjuntura econômica mostrava-se bastante favorável aos planos da soberana: os mercados europeus careciam do produto e os preços estavam em alta. O chocolate começava a se popularizar no Velho Mundo, mormente depois que o afamado naturalista sueco Lineu dedicou três dissertações ao estudo do *Theobroma cacao* e concluiu que a bebida, além do sabor agradável, tinha propriedades medicinais superiores às do café e do chá (Ferreira da Câmara, 1789, p. 12).

Ferreira da Câmara certamente deve ter desempenhado as funções de “naturalista peregrino” (Leite, 1996, pp. 31-2), porquanto, entre outros assuntos abordados na sua extensa monografia, reporta-se com minúcias à repercussão daquele projeto na colônia. Para desapontamento das autoridades metropolitanas, apesar dos incentivos concedidos, os agricultores trataram “de bagatela” a proposta, embora a planta não exigisse maiores cuidados além do “trabalho de colher”. A grande maioria dos lavradores locais continuou direcionada para o tradicional cultivo do açúcar e de produtos de subsistência, como o arroz e a mandioca, à exceção do Engenho do Acarahy, cujo proprietário, “sem o menor esforço”, quatro anos após a chegada daquelas primeiras sementes, já estava com uma roça bem formada com “mais de seiscentos pés vingados” (Ferreira da Câmara, op. cit., p. 13).

O panorama descrito pelo “naturalista peregrino” pouco se alterou com o passar do tempo, pelo que pudemos depreender da leitura dos relatos dos naturalistas europeus, que transitaram por Ilhéus e adjacências, ao longo dos três primeiros quartéis do século XIX. Cabe aqui abrir um rápido parêntese para lembrar que os rincões meridionais da Bahia permaneceram fora do alcance dos estrangeiros por longo tempo. Forasteiros de outras nacionalidades, quando de passagem por Salvador, permaneciam circunscritos aos limites do Recôncavo, enquanto aguardavam aguada ou reparos técnicos nos navios onde estavam embarcados (Taunay, 1925). A ausência desse tipo de fonte histórica

sobre a então Capitania de São Jorge de Ilhéus, área cuja colonização se iniciara logo depois do descobrimento, deve ser creditada a dois fatores. Em primeiro lugar, há que se considerar a dificuldade de acesso por terra. Cobertos por densa floresta tropical, esses territórios eram habitados, entre outras tribos, pelos temidos índios Aimoré (mais tarde, conhecidos como Botocudo), que freqüentemente atacavam a população branca. Além dos entraves naturais, existia, também, uma série de obstáculos formais, impostos pela burocracia lusitana, que não via com bons olhos a permanência de estrangeiros na colônia. Convém lembrar que tais rigores atingiram até mesmo o sábio germânico Alexandre Humboldt, que, entre 1799 e 1804, realizou uma viagem de estudos, atravessando boa parte da costa do Pacífico do continente sul-americano, em companhia do botânico francês Aimé Bonpland. Ao tentar transpor as cabeceiras do rio Orenoco e penetrar em território brasileiro, Humboldt teve a sua pretensão barrada pelo suspeito governo de Portugal.

Esse quadro de isolamento se transformaria após a transferência da família real para a América Portuguesa em 1808. A vinda da Corte trouxe não apenas a liberdade de comércio, como também possibilitou a abertura do país aos visitantes das chamadas nações amigas. Em princípio, as ditas nações se restringiam à Grã-Bretanha, que assegurara a consecução do plano engendrado pelo príncipe regente d. João para fugir da eminente invasão francesa a Lisboa.

Negociantes, aventureiros, profissionais liberais, artesãos, sobretudo de nacionalidade inglesa, começaram a desembarcar no litoral brasileiro, com os mais diversos propósitos. O sul da Bahia, porém, não exerceu grande atração sobre essa primeira onda de recém-chegados, a julgar pelas fontes disponíveis. Constatação, aliás, que não é de surpreender, já que os súditos britânicos estavam voltados, principalmente, para as boas oportunidades comerciais que o mercado brasileiro ainda virgem poderia lhes proporcionar (Freyre, 1977). E, nesse sentido, a comarca de Ilhéus pouco tinha a oferecer. Para reforçar nossas deduções, lembramos que a inglesa Maria Graham, em nota de viagem, referente ao ano de 1821, observara que seus compatriotas estabelecidos em Salvador não conheciam sequer os arrabaldes da cidade (idem, *ibidem* p. 53).

Afora uns poucos agricultores de origem alemã, que se dirigiram para as cercanias de Ilhéus e fundaram a Colônia Leopoldina em 1817 (Edelweiss, 1970, pp. 223-42), aquelas terras seduziram uma outra categoria de estrangeiros: a dos naturalistas. O Brasil parecia-lhes um verdadeiro mostruário de ciências naturais. Embora esses viajantes concentrassem suas atenções na observação da natureza, suas reflexões sobre a sociedade local, apesar de esparsas, revelaram-se testemunhos da melhor qualidade, para se recuperar as origens da memória do que mais tarde viria a se constituir na chamada “civilização regional do cacau”. Afinal, o olhar desses herdeiros da tradição iluminista não se restringiu apenas à flora e à fauna. Preocupavam-se, também, com o

homem. A ciência da etnologia despontava não apenas como um meio de inventariar curiosidades ou costumes bizarros de povos distantes, mas sobretudo como campo promissor de pesquisa comparada (Im Hof, 1994, p. 233).

No presente texto examinaremos apenas quatro relatos de viagem, cujos autores são o príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, os cientistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius, o botânico Ludwig Riedel e o arquiduque Maximiliano de Habsburgo. Porém, não podemos aceitar passivamente seus testemunhos, sem considerar o contexto em que ocorreram as viagens desses pupilos de Lineu e Humboldt. Entendemos, tal como enuncia Rouanet (1981, p. 17), que tais indivíduos ocuparam “um ponto de interseção”, um lugar intermediário entre duas realidades. Seus cadernos de campo, portanto, devem ser percebidos como vias de mão dupla. De um lado, serviam para confirmar ou alterar as expectativas de seus compatriotas a respeito do continente americano. De outro, despertavam toda sorte de anseios nos habitantes desse Novo Mundo, a quem vinham propor valores e padrões.

O naturalista alemão, príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, parece ter sido o mais antigo viajante oitocentista a registrar suas impressões sobre o sul da Bahia, já que promoveu a primeira grande expedição científica estrangeira em nosso país. Oitavo filho de um dos mais velhos troncos da nobiliarquia renana, sua biografia nos leva a crer que ele não esperava herdar a coroa dos domínios de sua dinastia. Fugindo aos exemplos dos seus irmãos, em vez de se dedicar à carreira das armas ou à administração das propriedades familiares, inclinou-se para o estudo das ciências naturais. Considerava o barão de Humboldt seu grande mestre. O acaso, porém, acabou por colocar o jovem Maximiliano na condição de príncipe, o que o levou a participar das ações contra Napoleão, inclusive do episódio da ocupação de Paris, ao lado das tropas austríacas e inglesas em 1814. O canhões ainda fumegavam quando o nobre combatente, aproveitando a abertura dos portos brasileiros, partiu para realizar o sonho de conhecer os trópicos, onde se apresentou com papéis adulterados, escondendo sua origem aristocrata.

Chegou ao Rio de Janeiro em julho de 1815 e, no mês seguinte, já marchava em direção ao norte, com o objetivo de percorrer a costa ocidental. Embrenhou-se por terras consideradas inóspitas, até então esquecidas das autoridades reinóis. Passando pela vila de Ilhéus, registrou nas suas anotações tratar-se de um dos povoados mais antigos da Bahia, que, tendo florescido no século XVI, entrara em decadência por causa dos constantes ataques indígenas e da expulsão dos jesuítas do Brasil pelo marquês de Pombal, em 1759 (Wied-Neuwied, 1940, p. 356). Esta última observação merece um breve comentário, porquanto o príncipe, apesar de protestante, destacou a importância dos discípulos de santo Inácio

de Loiola no processo de colonização da América Portuguesa. Homem do seu tempo, consoante às idéias iluministas, tudo indica que a ele não teria escapado a associação estabelecida entre colonização e pedagogia no processo civilizatório.

Voltando ao seu diário de viagem, ficamos informados de que a vila era integrada por pequenas casas, muito malconservadas. As ruas, quase desertas, só apresentavam algum movimento nos domingos e dias de festas. Nessas datas a população se reunia, como nas cavalcadas promovidas por ocasião dos festejos de São Sebastião, presenciadas e descritas por Wied-Neuwied (op. cit., pp. 360, 340). Suas apreciações sobre os costumes locais indicam que o quadro de referência utilizado era a sociedade européia, em processo acentuado de urbanização e industrialização. A partir desse modelo, ele nos forneceria os critérios de diferenciação entre o Velho e o Novo Continente. Na Europa Ocidental, a sociedade se mostrava dinâmica. A cidade fascinava a burguesia urbana, constituindo-se num pólo de atração de pessoas das mais diferentes origens sociais. Do lado de cá do Atlântico, no entanto, a população permanecia pulverizada pelas grandes propriedades rurais, de onde raramente se afastava. Aliás, é importante lembrar que escassas perspectivas de mobilidade, tanto social, quanto espacial, se ofereciam aos integrantes de uma sociedade agrária, patriarcal e escravocrata. Todavia, aos olhos do naturalista renano, o imobilismo seria decorrência da falta de ambição individual, aliada à preguiça: “poucos são aqueles que pensam em melhorar a sua condição ... . A sua indolência vai ao ponto de lhes ser indiferente ganhar dinheiro.”

A respeito da cultura do cacau, Maximiliano não oferece nenhuma informação. No entanto, detém-se nas características econômicas da região, registrando que o comércio de Ilhéus com a cidade de Salvador era muito incipiente, à base das exportações de arroz e madeira. Quanto aos engenhos de açúcar, ao contrário dos grandes estabelecimentos que visitara no Recôncavo, notou o predomínio das chamadas engenhocas, onde se produzia o melado e a cachaça de alambique, bebida que ele parece ter apreciado, porquanto considerou o seu sabor mais agradável “do que a aguardente-do-reino, proveniente de Portugal, a genebra da Holanda, e o rum do Caribe”. Das mesmas impressões de Maximiliano Wied-Neuwied partilharam os cientistas Spix e von Martius, que atribuíram a decadência de Ilhéus à expulsão dos jesuítas. Eles estiveram no Brasil entre 1817 e 1819, patrocinados pela arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria, futura imperatriz do Brasil. O convite para excursionar pela região partiu do marechal Felisberto Caldeira Brant, mais tarde marquês de Barbacena, proprietário de um grande engenho de açúcar naquela comarca.

Chegando à vila em 13 de dezembro de 1818, perto das festividades natalinas, apesar da boa acolhida e do encantamento provocado pela linda paisagem, que emoldurava o povoado, Spix e Martius (1928, p. 119) anotaram em seu diário: “em vez do comovente repique dos

sinos e cânticos festivos, que ressoam nesses dias de inverno, na Europa cristã, ouvimos por entre perfumosas ramagens floridas ... o assobio dos frangos-d'água e os berros dos barbados (macacos) que repercutiam através das silenciosas florestas”.

A rigor, porém, subjacente a essa aparente nostalgia, chamada pelos africanos de banzo, encontramos outra prova de que o referencial de ambos continuava centrado nos hábitos e costumes do Velho Mundo. Mais adiante, no seu *Reise in Brasilien*, isso ficaria evidente, ao afirmarem: “a idéia de pátria exerce real influência sobre os filhos ausentes e para os viajantes é agradável ocupação, nesses dias de recordações, comparar o presente com o passado”.

Por sua vez, a exuberância da natureza, cuja riqueza parecia incalculável, tantas eram as espécies animais e vegetais desconhecidas da ciência, contrastava com a debilidade dos recursos humanos existentes, segundo a opinião dos dois cientistas bávaros:

... estão os habitantes dessa bela região muito atrasados ... a indolência e a pobreza ali andam unidas. Os habitantes de Ilhéus, satisfeitos com o estado de constante ociosidade, sem maiores necessidades, descuidavam-se tanto da agricultura que, eles próprios, e, ainda mais os estranhos que com eles se acham, estão expostos à fome. ... Atribui-se, talvez com razão, a visível preguiça e rusticidade dos habitantes à circunstância de serem eles em grande parte tapuiada, isto é, de procedência indígena (op. cit., pp. 120-1).

A visão européia, mais uma vez, manifestava-se afinada com as idéias vigentes e seus desdobramentos, que iriam desembocar nos argumentos biólogos e racistas mais tarde sistematizados por Darwin e Spencer. Desse modo, podemos identificar um outro exemplo da influência dos relatos dos viajantes na constituição de um caráter de brasilidade, a propósito da idéia de preguiça associada à origem étnica. Aliás, a descoberta de um destino social com lastros genéticos assentaria como uma luva aos argumentos até hoje usados para explicar o subdesenvolvimento nacional. A isto devemos acrescentar o julgamento pouco favorável de Spix e Martius (op. cit., p. 121) sobre a condição social dos portugueses que se estabeleceram na capitania de Ilhéus, indivíduos pertencentes “às classes baixas: são marinheiros, carregadores e lavradores aborrecidos de trabalho, que, se considerando iguais aos privilegiados, não podem elevar a moralidade, nem a indústria dessa população decaída”. Mais uma vez, o olhar dos viajantes traz à tona a problemática do caráter pedagógico da empresa colonial. Se os próprios colonizadores não possuíam as condições mínimas para educar os nativos, dotando-os de padrões europeus de civilização, como exigir que a ‘tapuiada’ deixasse de lado a barbárie e se incorporasse ao mundo do trabalho?

O contraponto a essa percepção pode ser observado à proporção que Spix e Martius valorizariam os empreendimentos promovidos por indivíduos de origem germânica nas circunvizinhanças de Ilhéus. Em oposição à descuidada agricultura dos luso-brasileiros, eles destacavam a produtividade da operosa colônia alemã, localizada às margens do rio Mucuri, dirigida por um sr. Freyreiss. Por sua vez, a mesma eficiência se fazia sentir nos trabalhos da Fazenda Almada, de propriedade de um certo sr. Weyll, onde se produzia arroz, milho, açúcar e café, bem como nas roças de Frederico Schmidt, natural de Stuttgart, e de um suíço, denominado sr. Borell, que, em 1818, já estaria cultivando o cacau em pequena escala.

Outro depoimento da maior importância sobre o cotidiano de Ilhéus nas primeiras décadas do século XIX são as referências do *Diário de viagem e relação de plantas colhidas pelo dr. Luiz Riedel, na Bahia, de 1820 a 1823*.<sup>1</sup> Natural de Berlim, esse botânico veio para o Brasil, atendendo ao convite do barão de Langsdorff, para integrar uma expedição científica, que contava com o patrocínio do czar Alexandre I. Embarcou em São Petersburgo, realizando longa travessia marítima por diversos países do Báltico até alcançar Lisboa, de onde partiu para a Bahia. Sem condições de seguir viagem para o Rio de Janeiro, permaneceu naquela província por cerca de três anos. Depois de sofrer inúmeros revesses, Riedel conseguiu finalmente embarcar para a Corte e se incorporar à malograda expedição de Langsdorff. Mais tarde, radicou-se na capital do império, onde chegou a dirigir o gabinete de história natural de d. Pedro II. Faleceu em 4 de agosto de 1861.

Ao aportar em Salvador, nos primeiros dias de janeiro de 1821, suas primeiras anotações de viagem revelam o mesmo abatimento que afetara os conterrâneos Spix e Martius: “Os alimentos, o clima, os produtos, tudo era novo para mim. Lancei uma vista sobre o passado, pensando não sem emoção no futuro, pois me sentia um abandonado no mundo” (*apud* Augel, 1979, p. 26). Apesar do choque sociocultural, o botânico travou conhecimento com outros estrangeiros ali estabelecidos, que o informaram sobre a riqueza da fauna e da flora do sul da Bahia, aguçando sua curiosidade. Resolveu, então, pedir permissão ao governo da província para visitar os arredores de Ilhéus. Tudo indica que confiava nos dons e nas maravilhas da natureza para curar o banzo que o atacara.

Vítima de sucessivos contratemplos — roubaram-lhe a bagagem e o dinheiro —, Riedel viu-se obrigado a prolongar sua estada naqueles rincões. Cioso de seus deveres para com a ciência, registrou suas impressões de viajante, detendo-se nas especificidades locais. A princípio, fora recebido friamente pelos moradores da vila, tomado como um comerciante inglês. Os britânicos, segundo se lê no *Diário*, eram vistos pelos habitantes de Ilhéus como um povo de ímpios, que não professava a religião do país. Esse tratamento alterou-se com o passar dos dias. A

<sup>1</sup> Os manuscritos do dr. Ludwig Riedel pertencem, hoje em dia, ao acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Para o presente trabalho, foi utilizada a tradução parcial do *Diário*, elaborada pela profa. Moema Parente Augel.

recepção tornou-se cordial, logo que se identificou como compatriota da princesa Leopoldina, no seu entender figura muito querida e popular aos súditos brasileiros.

O naturalista prosseguiu suas excursões pela mata, coletando, secando e descrevendo as exóticas espécies vegetais nativas. Pelo que pudemos inferir, o deslumbramento com a natureza amenizava o martírio dos insetos, o calor excessivo e a precariedade dos meios disponíveis para a consecução de tarefas científicas. Certa feita, atacado pelos bichos-de-pé, que denominou de “praga dos estrangeiros”, Riedel registrou em sua caderneta (op. cit., pp. 29, 30, 35): “a menor marcha me fatiga muito e me faz sofrer; entretanto, o que fazer em meio a tantas plantas? Impossível resistir.” Por sua vez, submetido à extrema penúria financeira, escreveu um único comentário equiparando o Brasil ao Velho Mundo:

que infelicidade estar sem a comodidade necessária ... , mas onde ir buscar dinheiro ... ? O Brasil tornou-se, pois, um lugar de banimento para mim. É um país como todos os outros, onde não se pode mexer-se sem pôr a mão no bolso, e aquele que não se pode permitir tal coisa é um infeliz, para o qual não há lugar neste mundo.

Noutra ocasião, tendo gasto seus sapatos e sem dispor de recursos para adquirir outros, viu-se obrigado a passar uma temporada recluso. Acostumado a andar calçado, estranhava os bizarros costumes da população local, que prescindia dessa peça do vestuário no seu cotidiano. A respeito dos indígenas, especificamente os camaquãs, ele anotaria espantado, no dia 8 de junho de 1821: “completamente nus chegaram à (Fazenda) Esperança”. Mais adiante, registra que os índios dessa tribo — aldeados na localidade de Olivença, nas proximidades de Ilhéus — trabalhavam nas roças e no corte de madeiras seculares como o jacarandá, mediante um diminuto pagamento. Refletindo sobre a precariedade das condições de vida daqueles nativos, conclui que estavam submetidos à “cupidez dos europeus”.

Quanto aos negros, Riedel não tece maiores considerações acerca do trabalho escravo. Entretanto, reporta-se com detalhes a uma festa por eles promovida, a que assistiu, por ocasião das celebrações de Pentecostes. O canto dos africanos lhe soou monótono e pobre, acompanhado por instrumentos desconhecidos. A dança, no entanto, pareceu-lhe de grande sensualidade. Observou que as mulheres permaneciam de um lado do recinto acomodadas no chão, enquanto os homens se localizavam do outro lado, sentados em bancos de madeira. Os pares se formavam e se dirigiam para o centro do terreiro. Fazendo movimentos cadenciados, dava-se “um choque com o baixo-ventre contra o baixo-ventre do parceiro”, o que no seu país seria considerado “muito indecente” (op. cit, p. 68). Riedel certamente referia-se à popular umbigada, um dos passos da coreografia do lundu,

dança que escandalizava os estrangeiros, muito apreciada e praticada no Brasil, tanto pelas classes mais baixas, quanto pelas elites.

No que diz respeito aos brancos, o berlinense estabelece uma distinção entre os portugueses e os naturais da província. O brasileiro, de acordo com sua percepção, “tem pouca energia e gosta mais de ficar todo o dia deitado em sua rede”. Contudo, não atribuía essa ociosidade ao clima ou à miscigenação, como fizeram outros viajantes. A dita indolência, do mesmo modo que a fragilidade das instituições públicas de Ilhéus, incapazes de solucionar o problema do furto de seus pertences, pareciam-lhe frutos da colonização lusitana. Ao criticá-la, Riedel foi bem mais contundente do que Spix e Martius, chegando ao ponto de considerar lamentável a expulsão dos holandeses do Brasil. Concluindo suas reflexões, ele sentenciaria: “Se esse país tivesse continuado sob o poder deles, não estaria assim tão abandonado e inculto” (op. cit., p. 61).

Nossa leitura dos diários de viajantes complementa-se com as impressões de um outro amante das aventuras nos trópicos, o infeliz arquiduque Ferdinando Maximiliano de Habsburgo (1832-67). Primo em primeiro grau de d. Pedro II e irmão mais moço de Francisco José I da Áustria-Hungria, Maximiliano conheceria um destino trágico. Proclamado imperador do México em 1864, seu reinado durou apenas cerca de três anos: morreu fuzilado por ordem de Juárez García, que restabeleceu a República em 1867.

Maximiliano de Habsburgo chegou à cidade de Salvador em janeiro de 1860, acompanhado de pequena comitiva integrada pelo pintor Joseph Selleny, pelo botânico Franz Mali, o ajudante-de-ordens Wilhelm Von Tegetthoff e dois médicos, Heinrich Wamra e A. Jilek. Convencido de que viajar significava instruir-se, trazia no bernal a obra de Humboldt, cuja leitura o deixara fascinado. Da capital da província dirigiu-se de barco para a comarca de Ilhéus. Antes mesmo de pisar em terra firme, o arquiduque não se cansaria de enaltecer a paisagem que se descortinava aos seus olhos. Porém, contrastando com essa exuberância, num rápido parágrafo deixaria suas impressões sobre a cidade: “uma aldeia simplesmente, um amontoado de casas, destacando-se na estreita e alvíssima faixa de areia ... um lugar abandonado por Deus e pelo mundo” (Maximiliano de Habsburgo, 1982, p. 14).

Hóspede de um compatriota, o austríaco Fernando Steigger, proprietário da Fazenda Vitória, Maximiliano permaneceu cerca de uma semana naquela região. Participou não apenas de atividades científicas, como também praticou o nobre esporte da caça. Suas excursões pelas matas virgens deixaram vestígios na toponímia local, a exemplo de um sítio que passou a se denominar serra da Onça, onde teria abatido um felino de porte considerável (op. cit., p. 19). O espírito de aventura e o amor pela ciência, todavia, não impediram que Sua Alteza sucumbisse a um violento ataque de carrapatos, que o levou a retornar às pressas a Salvador.

A memória dos naturalistas, além da contribuição científica, acabaria servindo de referencial para as idéias desenvolvidas por ficcionistas e intelectuais acerca de uma pretendida “civilização do cacau”. Isso fica evidente quando se examinam as obras de Adonias Filho e de Epaminondas Berbert de Castro, entre outros autores. Para Adonias Filho, inclusive, a unidade ecológica, revelada previamente pelo príncipe Wied-Neuwied, não bastaria para justificar a complexidade da “civilização” que floresceu no sul da Bahia nas primeiras décadas do século XX. Segundo Adonias Filho (1978, p. 21), sua estrutura social e organização econômica, “sempre resultantes do cacau, a completam como fornecedoras de normas, convivências, identidades e fins que asseguram regionalmente a integração”.

Assim, aquele repertório de lembranças de uma época distante, em que a lavoura cacauzeira ocupava tão-somente um papel secundário no cotidiano de Ilhéus, seria articulado a outras reminiscências, desta feita de um passado mais recente, em que o cacau se transformou no produto emblemático da região. As elites grapiúnas apropriaram-se daquelas recordações de viagens, selecionando-as, filtrando-as, enfim, no que lhes interessava. De posse desses elementos, elaboraram um discurso justificador, uma espécie de encontro predestinado da região com o cacau. Voltamos, portanto, à dialética do esquecimento e da lembrança. No processo de depuração, seriam rechaçados os aspectos negativos salientados por aqueles europeus nos seus diários de viagens:

Pouco importa que, em 1818, o sábio von Martius ainda topasse à orilha destas mesmas águas marulhosas, um lugarejo de impressionante pobreza, com a população decaída, a ‘tapuiada’, como ele diz, a padecer fome em meio às opulências da natureza. Pouco monta tudo isso, porque a boa semente estava lançada, como penhor seguro do nosso renascimento (Castro, 1981, p. 16).

Por outro lado, a memória daqueles mesmos viajantes seria evocada pela relevância de certos elementos, capazes de contribuir positivamente para a construção da identidade da região do sul da Bahia, a exemplo da fertilidade do solo, da excelência do clima, da sensualidade da população nativa, da exuberância da natureza, da operosidade dos imigrantes, e sobretudo do espírito desbravador dos indivíduos que ali se fixaram, “brasileiro ou estrangeiro, sergipano como Severino do Amor Divino, ou alemão como Henrique Berbert, a quem o arquiduque Fernando Maximiliano d’Áustria em sua passagem por Ilhéus ... chamou de o rei da floresta ” (Adonias Filho, 1978, p. 91).

A partir dessas “memórias partilhadas” (Fentress e Wickham, 1994, p. 112) vai-se desenhando o quadro de uma “civilização regional do cacau”, de significado muito peculiar, conservado coletivamente pelas elites grapiúnas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adonias Filho  
1978 *Sul da Bahia: chão de cacau (uma civilização regional)*.  
2ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL.
- Augel, Moema Parente  
1979 *Ludwig Riedel: viajante alemão no Brasil*.  
Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- Castro, Epaminondas  
Berbert de  
1981 *Formação econômica e social de Ilhéus*.  
Ilhéus, Prefeitura Municipal.
- Edelweiss, Frederico  
1970 'A secular presença da Alemanha na Bahia'.  
*Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, 30: 223-42.
- Fentress, James e  
Wickham, Chris  
1994 *Memória social*.  
Lisboa, Editorial Teorema.
- Ferreira da Câmara,  
Manoel  
1789 *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus na América*.  
Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 9.293.
- Freyre, Gilberto  
1977 *Inglese no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL.
- Hobsbawm, Eric  
nov. 1995 'O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo'.  
*Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 43: 103-12.
- Im Hof, Ulrich  
1994 *The Enlightenment*.  
Oxford, Blackwell Publishers.
- Leite, Miriam L. Moreira  
1996 'Natureza e naturalistas'.  
*Imaginário*, São Paulo, NIME-USP, 3: 31-57.
- Maximiliano de  
Habsburgo  
1982 *Bahia, 1860 – esboços de viagem*.  
Rio de Janeiro/Salvador, Tempo Brasileiro/Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- Nora, Pierre  
1984 'Entre mémoire et histoire'.  
Em *Les lieux de mémoire: la République*. Paris, Gallimard.
- Rouanet, Maria Helena  
1981 *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*.  
São Paulo, Siciliano.
- Spix e Martius  
1928 *Excertos da obra Reise in Brasilien — através da Bahia*.  
Em Pirajá da Silva e Paulo Wolf (orgs.). 2ª ed., Bahia, Imprensa Oficial do Estado.
- Taunay, Afonso de  
1925 *Na Bahia colonial (1610-1764): impressões de viajantes estrangeiros*.  
Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Wied-Neuwied,  
Maximiliano de  
1940 *Viagem ao Brasil*. São Paulo,  
Companhia Editora Nacional, vol. 1. Coleção Brasileira Grande Formato.

Recebido para publicação em setembro de 2000.

Aprovado para publicação em junho de 2001.